

**Fernando Tavares PIMENTA, *Descolonização de Angola e de Moçambique: o comportamento das minorias brancas (1974-1975)*, Goiânia, Editora UFG, 2015, 118 pp. ISBN 9788572744195**

No ano de 2015, realizou-se 40 anos dos processos de independência das colônias portuguesas em África. Diante desse quadro está inserido o livro *Descolonização de Angola e de Moçambique: o comportamento das minorias brancas (1974-1975)*. O autor, Fernando Tavares Pimenta, é pesquisador na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A publicação está dividida em três partes. A primeira a Introdução que o autor buscou dar uma perspectiva do processo de descolonização. A segunda e terceira divisão na obra está focada no processo de independência de Moçambique e Angola respectivamente.

Na sua Introdução, Fernando Pimenta demonstrou o eixo que conduz sua obra que é entender o comportamento político das minorias brancas coloniais durante as lutas de libertação de Angola e Moçambique nos anos de 1974 e 1975.

O autor interpretou dois fatos importantes no processo de descolonização: a Guerra Colonial Portuguesa e a Revolução dos Cravos. A respeito do primeiro, ele representou não apenas a dissolução de um sistema, mas também o colapso econômico de duas colônias que possuíam uma economia e infraestrutura adequadas em comparação com as demais pra época, Guiné e Moçambique.

Após a Revolução dos Cravos, duas perspectivas para o futuro do império colonial português são apresentadas pelos seus primeiros presidentes. A primeira delas pelo General António Spínola, ex-governador de Guiné Bissau e primeiro presidente após o processo revolucionário, buscando a criação de uma federação de Estados. O segundo presidente após a Revolução, General Costa Gomes defendia uma independência rápida e imediata das colônias portuguesas, que buscava legitimar as guerrilhas como representante do seu povo.

Na segunda parte intitulada *O processo de independência de Moçambique*, Fernando Pimenta apresentou, inicialmente, como aconteceu à formação de Moçambique durante o período colonial e sua forte dependência econômica com a África do Sul.

O autor chamou a atenção que os primeiros grupos de contestação ao Estado Novo e ao regime colonial começaram a aparecer após a Segunda Guerra Mundial. O primeiro deles sem muito sucesso e que sofreu forte perseguição do aparelho colonial foi o Movimento de Unidade Democrática.

Na década de 1960, com o grande fluxo de movimentos de independência em África, ocorreu a formação da FRELIMO em 1962. A fundação da Frente de Libertação de Moçambique ocorreu na Tanzânia com a união de diversos grupos políticos e guerrilheiros que estavam atuando na colônia em anos anteriores. Seu primeiro presidente foi Eduardo Mondlane na qual buscou integrar nas fileiras da guerrilhas mestiços, brancos nascidos em Moçambique e indianos no combate ao colonialismo português.

Em 1964, teve início a Guerra Colonial na região do Cabo Delgado. Por um grande período, o conflito esteve distante dos principais centros urbanos e zonas de colonização branca em Moçambique. A FRELIMO conseguiu progressos notáveis e avançou consideravelmente no território. Em 1969, Eduardo Mondlane sofreu um atentado orquestrado pela PIDE (Polícia Internacional e Defesa do Estado), a polícia secreta do Estado Novo. Até as guerras de independência das colônias africanas, a PIDE era ausente em sua atuação em África, após o início do conflito atuou conjuntamente com os militares do Exército Português nas ex-colônias portuguesas. Durante esse período, aconteceu a formação da GUMO, Grupo Unido de Moçambique, apoiado pela administração colonial e Marcelo Caetano, que possuía o objetivo de roubar espaço e apoio da FRELIMO perante a população. O GUMO era favorável a conservação dos laços políticos e coloniais com Portugal.

A Revolução dos Cravos, segundo o autor, teve um signo de ambiguidade perante a população local, foi sentida em um primeiro momento como desconfiança e possibilidade de continuação de um regime ditatorial. Mas, nos primeiros meses após a revolução, o governo de Moçambique que se mantinha fiel ao antigo regime foi substituído. Entretanto, a Revolução dos Cravos não fez uma ruptura total com o passado, algumas estruturas coloniais foram mantidas, mas criou-se um período de transição para ocorrer a independência das colônias portuguesas em África. A minoria branca apoiou a Revolução, mas nem todos eram favoráveis a descolonização. Após o processo revolucionário aconteceu a formação dos primeiros partidos políticos além da FRELIMO e GUMO. Em Beira e Lourenço Marques surgiu os Democratas Moçambicanos que buscaram o apoio da população branca, defendia as negociações de Portugal com a FRELIMO, apoiou a Revolução de Abril e o desmantelamento do colonialismo lusitano.

António Spínola nomeou como novo governador de Moçambique Soares de Melo que deveria preparar o futuro para a autodeterminação do território e realizar o desmantelamento do aparato do Estado Novo presente na colônia. Em Portugal, o Movimento das Forças Armadas (MFA) apoiava totalmente as reivindicações da FRELIMO, mesmo com alguns confrontos isolados em Moçambique acontecendo. O MFA foi aumentando suas posições em Portugal e nas colônias a respeito da autodeterminação. Entretanto, foram fortemente criticados pelos partidos políticos de minorias brancas em Moçambique pelas suas atitudes a favor da independência do território e considerados traidores da nação.

Em setembro de 1974, foi assinado o Acordo de Lusaka, na Zâmbia, onde foi estipulado que a FRELIMO seria o único representante legítimo do povo moçambicano e o reconhecimento da independência se daria em 25 de junho de 1975. O acordo assinalava os últimos dias de Portugal em Moçambique, um governo de transição foi montado. Durante a assinatura do tratado aconteceu uma rebelião em Lourenço Marques liderado pelo Movimento Moçambique Livre contrário ao Acordo que reivindicava intervenção da África do Sul em Moçambique.

O processo de independência de Moçambique foi algo atropelado e deixou marcas que se prolongam até os dias de hoje em sua sociedade civil. Após a independência, ocorreu um êxodo de mão de obra qualificada para Portugal, Rodésia e África do Sul, desencadeando uma queda na economia de Moçambique. Esses problemas só demonstram como um acordo que não teve participação civil afetou e lesa até os dias de hoje o país.

Na parte seguinte *O processo de independência de Angola*, Fernando Pimenta começou a unidade apresentando a ocupação portuguesa em Angola em finais de XIX e início de XX e a perspectiva do território angolano ser um Novo Brasil em África.

Na década de 1950, começaram protestos nacionalistas de brancos e negros que acarretaram a formação das guerrilhas. Em Kinshasa (Congo), aconteceu a formação da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) na segunda metade daquela década. Este

movimento guerrilheiro possuía um discurso racista relação as minorias brancas. Em 1960, aconteceu a formação em Túnis do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que se constituiu por membros assimilados que rejeitavam a integração dos brancos como militantes. Posteriormente, em 1966, formou-se a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) com menos peso político e apoio internacional comparado com as outras duas guerrilhas.

Em 15 de março de 1961, começou o início da guerra de independência de Angola na qual ocorreu um massacre de brancos e negros movidos pela FNLA. Inicialmente, Salazar acreditava na superioridade de Portugal para conter a revolta. Entretanto, o antagonismo entre as três guerrilhas desencadearam diversos focos combatentes em Angola que não conseguiram ser contidos pelo exército lusitano. Com a subida de Marcelo Caetano no poder, buscou-se dar um certo grau de autonomia a colônia para conter as rebeliões pela independência. Os colonos brancos, membros da classe média mestiça e partes da população negra foram favoráveis à continuação da dependência colonial para Portugal.

Para António Spínola, o processo de descolonização deveria assegurar o caráter democrático e condições para a permanência da população branca no país. O MFA defendia que o processo de descolonização de Angola deveria levar em consideração as forças políticas que representariam verdadeiramente a população angolana, no caso as guerrilhas. Spínola buscou conduzir diretamente o processo de independência de Angola, mas foi substituído por Costa Gomes que buscou uma reorientação política para a independência do país.

Ao longo do processo de independência, Portugal excluiu grupos não guerrilheiros e representantes da população branca. Em janeiro de 1975, aconteceu o Acordo de Alvor que reconheceu a UNITA, MPLA e FNLA como os únicos representantes do povo angolano e transferiu os poderes políticos para as guerrilhas, o tratado teve diversos pontos que não foram levados em consideração.

O governo de transição instaurado após o acordo nunca funcionou. Os primeiros conflitos aconteceram entre a FNLA e o MPLA em março de 1975. Em junho a UNITA entrou no conflito. A conferência do Quênia, que buscou dar fim aos combates, terminou sem resultados e não contou com a participação de Portugal. A Guerra Civil Angolana estava começando.

A obra *Descolonização de Angola e de Moçambique: o comportamento das minorias brancas (1974-1975)* de Fernando Tavares Pimenta contempla ao seu final um excelente levantamento de documentações oficiais, de imprensa e memórias para ajudar pesquisadores do período abordado. Além disso, a obra é uma crítica forte ao processo de descolonização lento e mal conduzido por Portugal para suas ex-colônias. Desta forma, o leitor consegue notar como o colonialismo quanto a descolonização lusitana foram conduzidos de maneiras errôneas pelo Estado Colonial que deixaram sequelas para as populações locais e os países africanos que persistem até a atualidade.

Thiago Henrique SAMPAIO  
Faculdade de Ciências e Letras (UNESP/Assis) Brasil  
thiago.sampaio92@gmail.com